

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.060 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2000

Plenário vota na quarta a emenda que disciplina pagamento de precatórios

Considerada pelo relator uma “forma engenhosa” de possibilitar ao poder público o cumprimento dos compromissos, PEC prevê o parcelamento em dez anos dos débitos resultantes de processos instaurados até 1999

RESERVAS NATURAIS

O Brasil possui 11,6% de toda água doce superficial do planeta

70% dela se concentram na bacia amazônica, onde vivem apenas 7% da população brasileira

No Centro-Sul e no Nordeste, onde vivem os outros 93% da população, existem muitas áreas que já enfrentam problemas sérios de abastecimento de água potável

O Plenário do Senado deve votar em primeiro turno na quarta-feira proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. A matéria prevê o parcelamento em até dez anos dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999, e foi considerada “engenhosa” pelo relator na CCJ, senador Edison Lobão, que deu parecer favorável à aprovação.

PÁGINA 2



Edison Lobão prevê que a emenda colocará “em ordem” a questão dos precatórios

Começa exame de propostas da CPI do Sistema Financeiro

O Senado aprecia nesta semana três projetos de lei apresentados pela CPI do Sistema Financeiro com o objetivo de atualizar as normas do setor. Uma das propostas obriga sociedades por quotas de responsabilidade limitada a publicar demonstrações financeiras. Para o senador João Alberto, relator da CPI, isso garantirá maior transparência.

PÁGINA 4



Tornar os dados básicos das empresas mais transparentes é a proposta de João Alberto

Orçamento federal para educação pode aumentar

A Comissão Mista de Orçamento aprovou a destinação, neste ano, de mais R\$ 162 milhões para a área de educação.

PÁGINA 4

Uso da água é tema para duas comissões

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) irá analisar o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), órgão ao qual caberá zelar pelo uso adequado dos recursos hídricos do país. Os problemas do uso da água no Brasil e no mundo são o tema do seminário “Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento”, que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realizará de amanhã até quarta-feira.

PÁGINA 3



Comissão de Orçamento esteve reunida até as 3h42 da madrugada de sexta-feira

HISTÓRIAS DO BRASIL

A edição de hoje faz o lançamento do encarte *Histórias do Brasil*, produzido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado. Essa publicação, que será composta de oito números, circulará mensalmente no *Jornal do Senado*, e tem o objetivo de discutir importantes fatos e acontecimentos da história do país, em comemoração aos 500 anos do descobrimento.

Plenário vota na quarta a PEC sobre os precatórios

Segundo o relator, é uma “forma engenhosa” de fazer com que o poder público possa honrar compromissos, o que não ocorre hoje

A proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais deve ser votada em primeiro turno no Plenário na próxima quarta-feira. O texto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o relator da matéria na comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), a PEC é uma “forma engenhosa” que procura possibilitar ao poder público o pagamento dos precatórios:

– O que se está procurando é uma forma para que o poder público cumpra a sua parte, o que não vem conseguindo porque não tem recursos. Com a aprovação da matéria, vai-se limpar o estoque de precatórios – afirmou o parlamentar.

Os precatórios judiciais referem-se a pagamentos obrigatórios definidos por decisão da Justiça, que devem, por precaução, ser incluídos no orçamento do respectivo órgão do poder público para pagamento no ano seguinte. Por falta de recursos disponíveis, o poder público pode recorrer à emissão de títulos mobiliários para o pagamento desses precatórios.

Para Lobão, o objetivo é “evitar o calote total, porque o calote parcial já foi dado nos credores”. Ele explicou que os precatórios, atualmente, não estão sendo pagos e novos títulos continuam sendo emitidos exatamente pela impossibilidade de o Tesouro pagar. A proposta, acrescentou, possibilitará ao poder público cumprir o seu dever e, ao credor, receber o que lhe é devido.

“FORMA ENGENHOSA”

A “forma engenhosa” a que se refere o relator é a inclusão, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de um artigo que prevê o parcelamento, em até dez



Lobão: emenda busca colocar a questão dos precatórios judiciais em ordem, fixando prazos e formas de pagamento

anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista. A data limite, justificou Lobão, foi necessária porque, a partir de 1º de janeiro, “houve uma pletera de novas ações judiciais”:

– O que se busca é colocar essa questão em ordem. Já que o poder público não consegue pagar, está se abrindo um prazo de dez anos para o estoque atual dos precatórios não pagos e para aqueles que foram ajuizados até 31 de dezembro. A partir daí, volta-se ao corpo da Constituição permanente, ou seja, pagar no ano seguinte.

– Colocada a casa em ordem, volta-se ao princípio permanente – justificou Lobão, acrescentando que, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o poder público passa a ser responsabilizado pelo não cumprimento do seu dever emitindo títulos para pagamento de precatórios que não poderão ser honrados.

VOTO EM SEPARADO

A comissão rejeitou voto em se-

parado do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que instituía um escalonamento para todas as dívidas, mesmo as apresentadas a partir deste ano. Assim, os precatórios apresentados até 1º de julho de 2000 seriam pagos em nove anos; os apresentados até 1º de julho de 2001 seriam pagos em oito anos; e assim por diante, até 1º de julho de 2007, quando passariam a ser pagos à vista.

A PEC, aprovada por unanimidade na CCJ, determina ainda que os precatórios de créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos em até 90 dias, até um limite a ser fixado em lei. Lobão inovou ao tipificar esses créditos: são aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, assim como benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

INADIMPLÊNCIA

O relator afirmou que pouco modificou na proposta aprovada na Câmara dos Deputados. O texto aprovado na CCJ estabelece que, a requerimento do credor, os precatórios poderão ser pagos com títulos ou certificados da dívida pública. Determina ainda que os precatórios para desapropriação do único imóvel residencial deverão ser pagos em até dois anos.

A proposta aprovada permite ao presidente do tribunal competente a requisição ou determinação de seqüestro de quantias no caso de inadimplência do devedor. Mas, ao mesmo tempo, tipifica como crime de responsabilidade a ação, desse presidente, que vise ao retardamento do pagamento do precatório, ou a tentativa de fraude do mesmo.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2000

PLENÁRIO	Brasil 500
14h30 – Sessão não deliberativa	
PREVISÃO	
PLENÁRIO	
Terça-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária	
<p>Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento do sociólogo Gilberto Freyre.</p> <p>Pauta: PDL nº 55/95, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Fandango para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Cachoeira do Sul (RS); e Parecer nº 229/2000, sobre a Mensagem nº 91/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação de Teresa Cristina Grossi Togni para exercer o cargo de diretora de Fiscalização do Banco Central do Brasil.</p>	
Quarta-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária	
<p>Pauta: PEC nº 90/99 (votação nominal), que altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PLS nº 671/99-Complementar (votação nominal), que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências); Mensagem nº 85/2000 (votação secreta), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação de Luiz Augusto de Castro Neves para exercer a função de embaixador do Brasil no Paraguai; PLS nº 679/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.479 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil); PLS nº 680/99, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada; e PDL nº 249/99, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Taquara para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara (RS).</p>	
Quinta-feira 10h – Sessão deliberativa ordinária	
<p>Pauta: PDLs nºs 254/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coledade (RS), e 260/99, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucunduva (RS); e PLS nº 682/99, altera o art. 60 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações.</p>	
Sexta-feira 9h – Sessão não deliberativa	
COMISSÕES	
Terça-feira 10h – Comissão de Assuntos Econômicos	
<p>Pauta: Entre outros itens, PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 177/96, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento; PLS nº 282/99, que dispõe sobre a instituição da conta-pagamento padrão, isenta de tarifas bancárias; PLS nº 676/99, altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; e PLS nº 396/99, que destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de loterias aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos. <i>Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19</i></p>	
Quarta-feira 9h – Comissão de Assuntos Sociais	
<p>Pauta: Entre outros itens, emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; avisos nºs 43/99, que encaminha ao Senado cópia das Decisões nºs 276 e 278, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nas secretarias de Saúde dos estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul, e 32/99, que encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 651/99, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ibama com o objetivo de identificar eventuais falhas no processo de arrecadação, para implementação de medidas tendentes ao aperfeiçoamento do sistema de cobrança das receitas daquela auditoria. <i>Ala Senador Alexandre Costa Sala – Sala 9</i></p>	
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
<p>Pauta: Entre outros itens, PLS nº 687/99, que define crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei 2.848/40 (Código Penal) e a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida; e PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. <i>Ala Alexandre Costa – Sala 3</i></p>	
Após a Ordem do Dia – Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais	
<p>Pauta: Audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 492/99, que modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura, com a presença de Marília Marreco Cerqueira, presidente do Ibama, e Miriam Prochnow, representante da Rede Mata Atlântica. <i>Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9</i></p>	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Nabor Júnior
 4º Secretário: Casildo Maldaner
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
 Editor-Chefe: Edson de Almeida
 Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

CAS examinará projeto que cria a Agência Nacional de Águas

Caberá ao novo órgão reduzir a poluição dos rios e zelar pela utilização adequada das águas destinadas ao consumo humano, à geração de energia elétrica e à irrigação

A requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) irá examinar o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), o novo órgão federal que irá autorizar o uso das águas dos chamados rios da União, ou seja, aqueles que banham



Heloísa foi quem pediu que a CAS examinasse o projeto de lei

mais de um estado. A proposta estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já com parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), quando houve a requisição para a CAS.

Conforme o projeto, a nova agência promoverá estudos para distribuir da melhor forma possível as águas para consumo humano, para geração de eletricidade e para irrigação. Uma das primeiras preocupações da ANA deverá ser o uso das águas do rio São Francisco. A novidade apresentada pela proposta é a cobrança pelo uso da água por grandes empresas e para a irrigação.

Hoje, a única cobrança feita é das hidrelétricas, que destinam 6% do faturamento à distribuição de royalties aos estados e municípios (eles ficam com 90% do dinheiro e os outros 10% vão para a União). O percentual subirá para 6,75%, conforme o projeto, para que o adicional financie a implantação e o funcionamento da agência. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) fica-

rá com 4,4% dos royalties, o Ministério de Minas e Energia com 3,6% e o Ministério da Ciência e Tecnologia com os outros 2%.

A renda dos royalties das hidrelétricas é significativa e se aproxima de R\$ 600 milhões por ano. Só Itaipu deve pagar neste ano cerca de

R\$ 200 milhões, dos quais 85% para os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Além de cuidar do uso da água, a ANA também estará encarregada de trabalhar com outros órgãos do governo para reduzir a poluição dos rios e as inundações que eles provocam. Apesar de vinculada ao MMA, a nova agência terá autonomia administrativa e financeira. Seus diretores não poderão ser demitidos pelo presidente da República depois de 90 dias no cargo, permitindo que eles tomem decisões sem pressão política.

O trabalho da ANA, segundo o Executivo, dará previsibilidade e garantia de uso de águas às empresas, sejam elas hidrelétricas, companhias de irrigação ou de abastecimento de água. A cobrança pelo uso da água pelas grandes empresas e pela utilização na irrigação extensa consta do projeto da ANA, mas a regulamentação que define tais valores integra um outro projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional.



Na audiência pública, será discutida a possibilidade de reduzir a cobertura vegetal para a criação de animais e plantas aquáticas

Comissão debate mudanças na legislação florestal

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza na próxima quarta-feira, às 17h, audiência pública para debater projeto, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), disciplinando a supressão parcial de coberturas vegetais para a criação de animais e plantas aquáticas, a aquíicultura. A presidente do Ibama, Marflia Marreco, e a representante da organização não-governamental Rede Mata Atlântica, Míriam Prochnow, vão discutir a proposta.

O projeto permite a supressão vegetal em três hipóteses: em caráter parcial, para implantação de projetos de produção de pescado; na utilização em projetos produtivos nas antigas áreas ocupadas por salinas ou viveiros de peixe; e quando necessária à execução de obras de utilidade pública, excetuados empreendimentos imobiliários.

A iniciativa de Maria do Carmo determina que a supressão vegetal só poderá ser feita com autorização prévia do Ibama. Além disso, garante a preservação de 90% das áreas de manguezais do país. O objetivo, conforme sustenta a senadora, é desenvolver a aquíicultura sem provocar danos ambientais.



Maria do Carmo Alves condiciona a supressão vegetal ao aval do Ibama

Seminário reúne especialistas em uso de recursos hídricos

Especialistas, professores universitários e parlamentares discutirão no Senado, amanhã e na quarta-feira, os problemas do uso da água no Brasil e no mundo, à procura de caminhos para evitar a degradação dos mananciais e a redução da oferta de água potável. Promovido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o seminário "Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento" será gravado e depois retransmitido pela TV Senado.

O encontro será aberto no Auditório Petrônio Portella, às 9h, com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães; da presidente da CI, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS); do presiden-

te da Câmara, Michel Temer; e dos ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Participarão dos debates representantes da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), de Águas Subterrâneas (Abas), de Engenharia Sanitária e



Emilia Fernandes é a presidente da CI, que promove o seminário

Ambiental (Abes), professores universitários, técnicos dos governos estaduais e o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), estudioso do assunto e autor de livros que tratam da legislação sobre recursos hídricos.

Os debates abordarão a escassez de água potável em algumas regiões do país, poluição de rios e de mananciais, o aprimoramento da legislação sobre recursos hídricos, enchentes e secas. O Brasil possui 11,6% de toda água doce superficial do planeta, mas 70% dela se concentram na

bacia amazônica, onde vivem 7% da população brasileira. Os outros 93% de brasileiros moram no Centro-Sul e no Nordeste e algumas áreas se defrontam com problemas sérios de abastecimento de água potável.

Para o senador Bernardo Cabral, a água doce potável será no próximo século um recurso estratégico, como são hoje o petróleo e as jazidas minerais. Assim, a expectativa de que possa faltar água em determinadas regiões da terra irá transformar esse recurso em uma mercadoria disputada. Na condição de país privilegiado, o maior problema brasileiro não é a falta de água, mas um passado de gestão inadequada.

Especialistas brasileiros afirmam que os recursos hídricos do país poderão se esgotar ou ser contaminados, tornando seu uso impróprio para a população, caso a sociedade não tome medidas para preservação ou proteção.

Regras para oferta de vagas a deficientes vão a análise

Projeto que obriga as empresas privadas a reservarem 3% de suas vagas para portadores de deficiência está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza quarta-feira, a partir das 9 horas. A iniciativa do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) limita a obrigatoriedade às empresas que tenham mais de 100 funcionários e proíbe as infratoras de receberem empréstimos em estabelecimentos de crédito oficiais.

O relator do projeto, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), considerou a proposta mais restritiva que a legislação vigente, que já obriga o preenchimento de 2% a 5% dos cargos com portadores de deficiência ou reabilitados. Por esse motivo, o relator elaborou substitutivo mantendo os percentuais já previstos em lei e introduzindo apenas a penalidade para as empresas infratoras.

GESTANTES

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a CAS também vota projeto que prevê a realização de exames de Aids, hepatite, sífilis e toxoplasmose durante assistência pré-natal recebida por gestantes. De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), a matéria recebeu substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que estendeu à esfera privada os benefícios restritos no projeto original às mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde.

Também está na pauta da comissão o projeto de lei proveniente da Câmara dos Deputados que, entre outras medidas, proíbe o lançamento final de esgotos sanitários e industriais sem tratamento em nível. Também proíbe a incineração e o seu depósito em locais a céu aberto, em cursos de água ou em poços e cimbais, mesmo abandonados. O senador José Alencar (PMDB-MG), relator da matéria, recomenda a aprovação.



Luiz Estevão

Orçamento destina mais verbas para educação

Parlamentares praticamente encerraram a votação dos destaques ao substitutivo do projeto de Orçamento da União, que deverá ser apreciado pelo Plenário do Congresso ainda esta semana

Durante reunião que se prolongou até as 3h42 da madrugada de sexta-feira, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou a destinação de mais R\$ 162 milhões para a área de educação, ao votar 1.202 destaques apresentados ao substitutivo do projeto do Orçamento federal deste ano. Com isso, os deputados e senadores atenderam a um apelo do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que considerou insuficientes as verbas destinadas pela equipe econômica aos seus programas.

Das verbas adicionais destinadas à educação, R\$ 80 milhões irão para o programa de renda mínima, pelo qual a União complementa gastos dos municípios em seus programas de apoio às famílias que mantêm filhos na escola. Antes, o governo havia previsto que este programa contaria com R\$ 102 milhões, um valor abaixo do necessário para implantação da renda mínima. As universidades receberão mais R\$ 20 milhões e o Ministério da Educação outros R\$ 62 milhões. Com os novos recursos dos destaques, a área de educação deve receber neste ano R\$ 12,54 bilhões, sendo a metade usada no pagamento de salários de professores e pessoal administrativo.

Os destaques aprovados prevêem o gasto de mais R\$ 550 milhões em programas e projetos neste ano, a maioria nos estados. Apesar disso, não haverá



Comissão de Orçamento teve reunião até as 3h42 da madrugada de sexta-feira

necessidade de aumento das receitas para bancar os destaques, pois o dinheiro sairá dos R\$ 3,1 bilhões que o governo reservou para o pagamento de precatórios judiciais. A Comissão Mista de Orçamento entendeu que a União não usará mais tanto dinheiro, pois uma emenda constitucional em tramitação no Senado autoriza o pagamento dos precatórios em dez anos. De qualquer forma, a comissão manteve as previsões para pagamento dos precatórios de pequeno valor e dos 10% de pagamento à vista.

A decisão sobre o uso do dinheiro dos precatórios foi precedida por intenso debate sobre a legalidade da medida. A consultoria da Comissão Mista garantiu ao relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), que não há nada de irregular no uso do dinheiro, mesmo ainda sem aprovação da emenda constitucional

que parcela o pagamento de precatórios. Os deputados Sérgio Miranda (PC do B-MG) e Sérgio Guerra (PSB-PE) discordaram, por se tratar de receita condicionada, e Miranda afirmou que pretende questionar a decisão na Justiça. O uso dos recursos teve o apoio do PSDB, do PFL, do PMDB e do PT. Para eles, a comissão não está criando receitas, mas alterando o uso de receita.

Presidida pelo senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), a Comissão Mista de Orçamento praticamente terminou as suas votações. Restam poucos destaques, que de modo geral alteram só a redação do documento final, e deverão ser votados no início desta semana. Assim, o projeto de Orçamento da União para este ano já poderá ser votado pelo Plenário do Congresso também nesta semana, sendo enviado a seguir à sanção do presidente da República.

CAE examina Lei de Responsabilidade Fiscal

O projeto de lei complementar que trata da responsabilidade fiscal nas três esferas do poder público será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, em reunião prevista para começar às 10h. Já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria está sendo relatada na CAE pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Caso seja aprovada na comissão, segue para exame do Plenário.

O projeto, com 75 artigos, estabelece normas que prefeitos, governadores e o presidente da República devem seguir para que as contas públicas sejam saneadas. Algumas determinações buscam combater práticas antigas, como o aumento de salários do funcionalismo ou a tomada de empréstimos poucos dias antes do final de mandato, o que cria sérios problemas para os sucessores, a quem caberá o pagamento da conta.

A CAE já realizou três audiências públicas para discutir o projeto. Na última delas, ouviu o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que defendeu a introdução, na legislação brasileira, do conceito de restrição orçamentária – o que significa não gastar mais do que se arrecada. Ele lamentou a ausência desse conceito na cultura

brasileira.

Tavares destacou que o texto do projeto imprime normas restritivas para endividamento a curto prazo, gastos com pessoal e utilização de restos a pagar. Os chefes de Poder Executivo também ficam obrigados a assumir compromisso de desempenho fiscal perante o Poder Legislativo.

LOTÉRIAS

Com um total de oito itens, a pauta da CAE prevê ainda o exame de projeto que destina aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos o valor dos prêmios não pagos de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público. De autoria do senador Edilson Lobo (PFL-MA), a matéria recebeu parecer favorável do senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

Projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que institui a Conta-Pagamento Padrão também poderá ser apreciado pela CAE. A matéria determina que trabalhadores que utilizam a conta corrente em bancos para receber salários ficarão isentos do pagamento de tarifas. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), relator do projeto, recomenda a aprovação nos termos do substitutivo que apresentou.

Propostas apresentadas pela CPI dos Bancos vão a votação

A fim de dar mais transparência ao sistema financeiro, o Senado começa a votar nesta semana alterações no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações, na forma de três projetos de lei apresentados pelos integrantes da CPI do Sistema Financeiro (CPI dos Bancos). O objetivo é atualizar a legislação com a evolução e especialização a que chegou esse mercado.

O Projeto 679/99, que será votado quarta-feira, retira da abrangência do Código Civil os contratos em que a liquidação ocorre pela diferença entre o preço ajustado e a cotação que tiverem no vencimento do ajuste. Os integrantes da CPI argumentaram, em defesa da mudança, a necessidade de atualizar a lei para evitar a contradição ensejada pelas regras gerais e pelas regras específicas relativas aos contratos negociados em bolsas.

Também alterando o Código Civil, o Projeto 680/99 obriga as sociedades constituídas por quotas de responsabilidade limitada a publicar, com base na escrituração mercantil, demonstrações financeiras que, complementadas por notas explicativas, exprimam com clareza sua posição patrimonial e financeira e as muta-



João Alberto quer tornar informações básicas das empresas transparentes para a sociedade

ções ocorridas no exercício.

A CPI concluiu que essas empresas, por não serem estruturadas na forma de sociedades anônimas, não divulgam dados necessários para que investidores tenham acesso à sua efetiva situação financeira. "É fundamental que as informações básicas das empresas sejam transparentes para toda a sociedade", afirmou o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), em defesa do projeto.

Previsto para ser votado quinta-feira, o Projeto 682/99 altera a Lei das Sociedades por Ações para preservar as debêntures como instrumentos de

captação de recursos para capitalização das empresas. A proposição estabelece limites de emissão, a fim de evitar excessivo grau de endividamento, com prejuízo para a segurança dos investidores. Exemplo desse endividamento excessivo e prejuízo dos investidores foi constatado pela CPI no Banco Marka.

BANCO CENTRAL

Amanhã, o Plenário delibera, em sessão secreta, sobre a mensagem em que o presidente da República indica Teresa Cristina Grossi Togni para exercer o cargo de diretora de Fiscalização do Banco Central. No mesmo dia, o Senado comemora o centenário de nascimento do sociólogo Gilberto Freire. No dia seguinte, delibera sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. Aprecia também o Projeto 671/99, oriundo da CPI do Judiciário, que altera o Código Tributário, a Lei de Condomínios e a Lei de Falências, dispondo que os créditos trabalhistas e os relativos à aquisição de unidades imobiliárias residenciais têm prioridade sobre os créditos tributários, nas falências de construtoras ou incorporadoras.

CCJ aprecia emenda a projeto que define crimes de magistrados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia na quarta-feira, a partir das 10h, parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) rejeitando emenda apresentada a projeto que define os crimes de responsabilidade dos magistrados. Jefferson ofereceu um substitutivo à matéria original aprovada em janeiro pela CCJ. Depois da decisão da comissão sobre o parecer, a matéria seguirá para o Plenário.

Além dos delitos previstos no artigo 95 da Constituição e na Lei 1.079/50, o projeto, de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), tipifica como crimes de responsabilidade, por exemplo, o extravio de processo ou documento e o desrespeito a regras jurisdicionais ou de competência para favorecer uma das partes em processo judicial. Também será considerado crime de responsabilidade condenar a Fazenda Pública em ação de desapropriação, ou em qualquer tipo de ação, ao pagamento de indenização flagrantemente desproporcional ao preço de mercado do bem imóvel.

– A partir dos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário e atendendo à demanda dos

próprios tribunais, apresentei o projeto de definição dos crimes, já que havia uma lacuna jurídica. Só os crimes de ministros do Supremo Tribunal Federal estão definidos em lei – disse Souto, que foi relator da CPI.

RECURSOS PARA IRRIGAÇÃO

Na mesma reunião, os integrantes da CCJ apreciam parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável à aprovação de emenda constitucional que prorroga por dez anos a obrigatoriedade de a União destinar às regiões Centro-Oeste e Nordeste 20% e 50%, respectivamente, do total dos recursos destinados à irrigação. A proposta é de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Além dessa matéria, a CCJ examina projeto do senador Lúcio Alcântara que define normas para a proteção das informações pessoais contidas em bancos de dados de empresas e órgãos públicos.

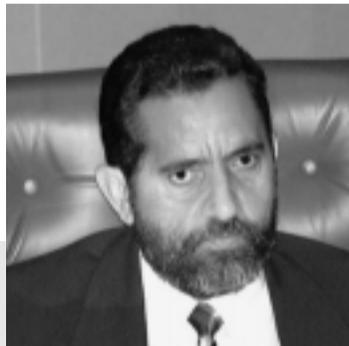
A CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), vota ainda projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que altera a legislação permitindo dispensa de exame de saúde para determinadas categorias profissionais. A matéria tem parecer favorável da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES).

Projetos aprovados por comissões vão à Câmara

Uma proposta obriga o SUS a realizar cirurgia plástica para corrigir defeito físico que cause sofrimento moral relevante. A outra considera agravante um crime ser praticado contra a vida de policiais, promotores ou juízes

Foi enviado na sexta-feira passada à Câmara dos Deputados o projeto de lei que torna obrigatória a cobertura, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de cirurgia plástica reparadora em portadores de defeitos físicos causadores de sofrimento moral relevante. A matéria foi aprovada em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), na forma de substitutivo.

A decisão terminativa abrevia o processo legislativo, permitindo que a deliberação da comissão, caso não haja recurso para votação em Plenário, tenha o mesmo valor de uma decisão tomada por toda a Casa.



Gilvam: alto custo das cirurgias plásticas dificulta o acesso a elas pela maioria das pessoas

O autor do projeto, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), explicou que, por seus altos custos, a cirurgia plástica reparadora não está disponível para a totalidade da cli-

entela da rede pública. Ele argumenta que existe ampla base legal, moral, social e política para a proposta:

— Não há por que, numa sociedade que se pretende democrática e igualitária e ciosa da dignidade da pessoa humana como a nossa, manter tantos irmãos na triste condição de rejeitos sociais, por circunstâncias genéticas, acidentais ou cirúrgicas para as quais não deram causa — argumenta o senador.

AGRAVANTE

Também foi enviado na sexta-feira à Câmara projeto de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que altera o Código Penal para que seja considerado um agravante



Arruda: é preciso aumentar a proteção às autoridades que garantem o cumprimento da lei

o fato de um crime ser praticado contra policial militar ou civil no exercício da função ou contra procuradores, promotores e magistrados. O projeto também foi aprova-

do em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), e emenda da senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Segundo Arruda, o crescimento e a organização da criminalidade torna necessário dar maior proteção a essas autoridades:

— É preciso buscar a confiança das classes sociais em relação à eficácia dos mecanismos oficiais de combate ao crime, resguardando-se principalmente a vida dos policiais civis e militares, juízes, promotores e procuradores, para que não sejam alvo dos bandidos — argumenta Arruda.

Estevão sugere que ponte tenha nome de Israel Pinheiro

A terceira ponte a ser construída sobre o lago Paranoá, em Brasília, poderá receber o nome do mineiro Israel Pinheiro, que teve importante participação na construção da cidade, como presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Esse é o teor de projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que será votado pela Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo.



Luiz Estevão disse que Israel Pinheiro sempre foi um "batalhador infatigável"

Na justificativa do projeto, Estevão diz que Israel Pinheiro teve vida pública exemplar e espírito empreendedor que se revelou durante a construção da capital. Pinheiro foi também deputado federal, prefeito do Distrito Federal e governador de Minas Gerais, conforme lembrou o senador:

— Foi sempre um batalhador infatigável. Nunca recuou, mesmo ante os mais difíceis obstáculos,

vencendo com tenacidade e trabalho. Jamais esmorecia, não abdicava da luta, nem duvidava do êxito, infundindo em seus auxiliares um elevado ânimo para a execução das missões. Por tudo isso, legou à geração vindoura exemplo de uma vida digna, honrada e produtiva — afirmou o senador pelo DF.

Aprendiz de motorista pode ter 30% das aulas à noite

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deve apreciar em uma de suas próximas reuniões, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Luiz Estevão estabelecendo que o aprendiz de motorista deverá ter no mínimo 30% da carga horária para aprendizagem no horário noturno.

Ao estabelecer um percentual mínimo obrigatório no horário noturno, o projeto, segundo Luiz Estevão, visa proporcionar ao

aprendiz uma instrução mais completa. Além disso, a seu ver, o projeto vai contribuir para uma melhor fluência do trânsito, desafogando o tráfego nos momentos de pico em virtude do grande número de pessoas que usam os serviços de auto-escolas.

O projeto dá nova redação a um item da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. O relator da matéria na comissão é o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Cândido alerta para o crescimento do racismo entre os países mais ricos

A forma como os países ricos vêm tratando a questão da imigração é um sinal do recrudescimento do racismo no mundo. O alerta foi feito pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a propósito da passagem do Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial, ocorrido no último dia 21 de março:

— É preciso impedir que o discurso ideológico sobre a intolerância racial atice outra vez o fogo do ódio entre os seres humanos — apelou o senador, esclarecendo que a data foi instituída pela ONU como marco do assassinato de 69 pessoas negras pela polícia da África do Sul, em 1960. As víti-

mas manifestavam-se pacificamente contra a obrigatoriedade do passaporte interno, exigido, àquela época, à população negra para locomoção dentro do território sul-africano.

O ponto de vista de Cândido é o de que a globalização e o neoliberalismo estão por trás do avanço do racismo e da discriminação racial, que atingem a Humanidade neste momento da sua história. “No cenário mundial, os países mais ricos do mundo se fecham cada vez mais con-



Cândido: vítimas preferidas são os negros, nordestinos e homossexuais

tra os dois terços de miseráveis que eles mesmos produziram na onda da modernidade”, disse.

Na opinião do senador, as relações raciais no Brasil reproduzem um verdadeiro *apartheid*. Além disso, sustentou, o racismo moderno está transcendendo a cor, se

alastrando no campo da nacionalidade e regionalidade. Para Geraldo Cândido, o vigor da ideologia nazi-fascista tem como vítimas preferidas negros, nordestinos e homossexuais.

Marina quer beneficiar estados que protegerem meio ambiente e índios

Projeto apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC) retira 2% das transferências do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para formar uma reserva, que seria redistribuída aos estados que mantiverem áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

A senadora afirma que vem se consagrando no mundo o empre-



Marina: projeto também leva à redução das desigualdades regionais

go da tributação e dos incentivos fiscais para induzir a sociedade a adotar práticas ambientalmente saudáveis e socialmente mais justas. Ela lembra que, apesar da importância da conservação do meio ambiente, adotar políticas de desenvolvimento sustentado exige dos estados renúncia a projetos que poderiam levar ao crescimento econômico. Assim, tais estados devem

ser compensados por suas políticas preservacionistas.

Marina Silva pondera que o redirecionamento de 2% do Fundo de Participação dos Estados pouco afetará as economias estaduais, ao mesmo tempo em que incentivará em muito a criação de áreas de conservação da natureza. Ela diz ainda que os estados que mais se beneficiarão de seu projeto são os que apresentam menor desenvolvimento e, assim, seu projeto leva também a uma redução das desigualdades regionais.



CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920
E-mail: jornal@senado.gov.br
Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 – A Voz do Cidadão

Nair A. Nunes (Niterói, RJ)

“Sou assinante, muito satisfeita, por sinal, do *Jornal do Senado*. Na oportunidade, gostaria de dar uma sugestão, já que não consegui contato com vocês pelo telefone. Na minha opinião, nenhum candidato poderia falar mal de outro durante o programa eleitoral de rádio e TV. Acho que cada candidato deveria apresentar somente sua plataforma de trabalho. O julgamento ficaria por conta do povo. Afinal, a nossa população já está mais esclarecida sobre política. É uma coisa horrível ouvirem-se tantas baboseiras, como briga de comadres. Façam todos o que o presidente Fernando Henrique Cardoso fazia. Apresentava seu programa sem nunca agredir ninguém.”

Euclides Pereira Neto (Palhoça, SC)

“Sou Euclides Pereira Neto, presidente do PFL Jovem do município de Palhoça e do Conselho Comunitário e Ecológico Massiambu (Coema). Tenho 23 anos e sou estudante da Universidade Univale (SC), do curso de Ciência Política. Venho, através desta, solicitar uma assinatura permanente do *Jornal do Senado*, aos cuidados do PFL Jovem de Palhoça, para que possamos ter uma melhor visão e acompanhamento da política brasileira.”

Paulo Etevaldo Pfitzenreuter (Laguna, SC)

“Gostaria de informar que após o pedido de assinatura do *Jornal do Senado*, em junho do ano passado, recebo-o com pontual regularidade. Informo também que é através desse periódico que tomo conhecimento das inúmeras atividades dos senhores senadores, de seus projetos, dos debates, das CPIs, das comissões, das denúncias, enfim, de todos os eventos que ocorrem no Senado, bem como da maratona de compromissos do seu presidente, senador Antonio Carlos Magalhães. Lamento que apenas uma parcela de brasileiros tenha acesso ao *Jornal do Senado*, já que a maioria da população, talvez por não conhecer os caminhos de como proceder à assinatura ou por não ter o hábito da leitura, não receba o jornal. Quanto à TV Senado, acho que ela não deveria se restringir apenas aos canais por assinatura. Atinaria um público bem maior se a sua geração se desse através de antena comum ou parabólica. Aproveito para parabenizar toda a equipe que compõe esse jornal.”

Nail Daniel de Oliveira (São Sebastião da Gramma, SP)

“Formulo meus agradecimentos por me enviarem o *Jornal do Senado*. Gosto de ficar bem informado sobre a política do Brasil. Como sugestão, acho que o jornal poderia ser editado em cores. Queria também saber qual a diferença que há entre Senado e senador. Tenho só 17 anos e ainda não estudei sobre isso. Peço que vocês me enviem os projetos e leis aprovados pelo Senado. Também gostaria de saber se há outros jornais editados por partidos políticos.”

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, SC

“A Câmara de Vereadores do município de Gaspar sente-se orgulhosa de receber, diariamente, o *Jornal do Senado*, através do qual ficamos informados dos assuntos debatidos e dos trabalhos realizados pelos nobres senadores. Neste momento em que o país passa por reformas importantes, o Senado tem dado uma demonstração de grandeza e competência, honrando a classe legislativa brasileira.”

Orlando Batista (Rolândia, PR)

“Agradeço a remessa do *Jornal do Senado* e informo que, através de sua leitura, adquiri uma visão ampla e precisa sobre tudo o que acontece nessa Casa”.

Isaías de Souza (São Paulo, SP)

Protesto contra o nosso governo. O país está completando 500 anos e para se dar um aumento aos trabalhadores é uma briga. Em contrapartida, vemos os juizes, que ganham R\$ 8 mil, reivindicarem aumento para R\$ 12.750 mil. E o coitado do trabalhador tem que sobreviver com R\$ 136. Neste país, o povo não tem saúde, não tem Justiça, não tem nada. E o que não falta é corrupção. E ainda se morre de febre amarela. É uma vergonha. O brasileiro está revoltado. Só vai para a cadeia quem não tem dinheiro. Quem tem às vezes vai, mas paga fiança e nunca é punido como deveria.”

Geraldo Carvalho (Bom Jardim, RJ)

“Quero parabenizá-los pelo excelente trabalho realizado no *Jornal do Senado*, pelo qual fico sabendo, com clareza, de tudo o que ocorre no Senado Federal.”

Ademir denuncia fuga de assassino de sindicalista

Pistoleiro conhecido como Barrerito escapou depois de transferido “de forma inexplicável” para penitenciária de menor segurança

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou, “com indignação”, carta recebida pela Comissão Pastoral da Terra de Marabá e Xinguara, no Pará, denunciando a fuga, no último dia 14, do pistoleiro José Serafim Sales, conhecido como Barrerito, responsável pelo assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza.

Ele comunicou também que o mandante do crime, o fazendeiro Jerônimo Alves do Amorim, foragido desde 1994, mas recapturado em novembro do ano passado, encontra-se “estranhamente” em um centro de recuperação, “local pouco seguro”. Ademir pediu providências ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, e ao governador do estado, Almir Gabriel, para que “se esforcem na recaptura” de Barrerito e recolham os dois criminosos a uma prisão de segurança máxima.



Segundo o senador, Barrerito, condenado a 25 anos de prisão, também é acusado de mais dois homicídios. Ele estava preso na penitenciária do estado, mas “de forma inexplicável” – conforme Ademir – foi transferido para a penitenciária de Marabá (onde a segurança é muito menor), de onde fugiu.

Ademir atribuiu os crimes à luta pela terra no estado, acentuando

Ademir pediu ao ministro da Justiça e ao governador do Pará que se esforcem para recapturar o criminoso

que os motivos têm duas origens: a inexistência de uma reforma agrária justa, que puna o latifúndio improdutivo e assente os trabalhadores rurais de forma digna para produzir e comercializar os produtos; e a impunidade, “causada pela ausência de um governo”, que resulta nos conflitos “resolvidos na força”:

– A crescente organização dos trabalhadores rurais e as pressões de organismos internacionais, sobretudo aqueles relacionados aos direitos humanos, têm reivindicado ações governamentais que venham a punir os responsáveis por assassinatos e pela violência no campo. Mas ainda são raras as condenações e punições por esses crimes – enfatizou.

Tuma quer que Legislativo autorize desapropriação para fins de utilidade pública

As desapropriações de bens imóveis para fins de utilidade pública só poderão ocorrer com a anuência prévia do Legislativo (federal, estadual ou municipal) e mediante a previsão suficiente de fundos para o pagamento das indenizações. As sugestões são do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que apresentou projeto neste sentido modificando decreto-lei sobre o assunto, em vigor desde 1941:

– A proposta pretende disciplinar de forma racional e adequada a matéria, resguardando os direitos fundamentais do desapropriado, ao tempo em que coíbe as indenizações milionárias – justificou Tuma.

A intenção do senador é evitar que aumente o número de casos ocorridos recentemente, nos

quais a desapropriação é feita sem que o poder expropriante possua condições financeiras para indenizar o desapropriado, o que consiste em confisco previsto pela Constituição, lembra Tuma.

Ele também quer garantir que os atos de desapropriação sejam restritos ao previsto em lei: para terras onde sejam localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, para fins de reforma agrária e para utilização em prol do bem da coletividade.

Tuma define, em seu projeto, que os processos de indenização deverão passar primeiro pela avaliação do imóvel feita por um profissional credenciado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea). O valor da indenização será então fixado por um juiz, que submete-



Tuma: desapropriação só poderá ocorrer se houver recursos para pagamento das indenizações

rá sua decisão à autorização legislativa da União, dos estados, municípios e do Distrito Federal. O valor da indenização do bem não poderá superar o valor praticado pelo mercado.

Por outro lado, o senador quer impedir que as avaliações e os cálculos de atualização monetária, aliados à incidência de juros, elevem por demais os valores das indenizações. Caberá a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votar o projeto em caráter terminativo.

Lauro e Rocha debatem a questão salarial

O salário mínimo ainda tem importância fundamental na economia brasileira e afeta um contingente expressivo de trabalhadores. Este é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, tendo como convidados os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Sebastião Rocha (PDT-AP). O programa será apresentado às 6h30, 13h30 e 19h30.

Segundo estudo do economista Marcelo Neri, do Ipea, 2,1 milhões dos 20,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país recebem um salário mínimo por mês. A estimativa de trabalhadores do setor informal que ganham um salário mínimo é de 10 milhões.

Cultura ao Meio-Dia mostra comédia americana

O projeto Cultura ao Meio-Dia apresenta na quarta-feira o filme *Como enlouquecer seu chefe*, produção americana de 1999, com direção de Mike Judge.

A comédia retrata uma empresa ineficiente, em que um funcionário estressado descobre que o cotidiano é seu pior inimigo e tenta a sabotagem para ser demitido. Mas suas atitudes francas rendem-lhe uma promoção.

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, promove sessões de cinema todas as quartas-feiras, às 12h, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.

Salário mínimo de R\$ 151 é "ridículo", afirma Tebet

Senador observa que o novo valor torna ainda mais necessária a luta contra a exclusão, proposta pela Campanha da Fraternidade deste ano

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou "ridículo" e incapaz de satisfazer as necessidades da família brasileira o novo salário mínimo, de R\$ 151, anunciado na quinta-feira pelo governo. O senador fez o comentário ao abordar a Campanha da Fraternidade deste ano, ressaltando os efeitos da globalização nos países em desenvolvimento, que aponta como os mais prejudicados por esse processo, que, em sua opinião, é irreversível.

Em discurso no Plenário do Senado na sexta-feira, Ramez Tebet disse que, diante dessa realidade,



Tebet diz que o novo mínimo não satisfaz as necessidades da família brasileira

a Campanha da Fraternidade — que pela primeira vez em 27 anos congrega outras igrejas cristãs

além da Igreja Católica — se torna ainda mais imperiosa, e convocou todos a se integrarem a ela.

O senador chamou a atenção para a responsabilidade da classe política diante da situação de miséria e injustiça social que se verifica no país e para a necessidade de conscientização da sociedade para o problema. Ele lembrou o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, "Um Milênio sem Exclusão", para destacar sua oportunidade e defender a união de todos na luta pela paz e pela dignidade e pelo fim da exclusão social.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Debate*: Os senadores Lauro Campos e Sebastião Rocha falam sobre salário mínimo e teto salarial
2h — *Unip*: Impotência sexual — 2ª parte
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil*: Espírito Santo
3h30 — *Entrevista*: O senador Geraldo Melo fala sobre o fórum "Senadores do Mundo"
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Impotência sexual — 2ª parte
5h — *TV Escola*: Deficiência física: Apenas diferentes
5h30 — *Cores do Brasil*: São Luís do Maranhão
6h — *Unip*: Impotência sexual — 2ª parte
6h30 — *Debate*: Os senadores Lauro Campos e Sebastião Rocha falam sobre salário mínimo e teto salarial
7h30 — *Entrevista*: O senador Geraldo Melo fala sobre o fórum "Senadores do Mundo"
8h — *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
8h30 — *TV Escola*: Deficiência física: Apenas diferentes
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco
9h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre a proposta orçamentária 2000
10h — Comissão mista que trata do Fundo de Financiamento de Estudantes do Ensino Superior (gravado)
12h30 — *Entrevista*: O senador Geraldo Melo fala sobre o fórum "Senadores do Mundo"
13h — *Cores do Brasil*: Sergipe

13h30 — *Debate*: Os senadores Lauro Campos e Sebastião Rocha falam sobre salário mínimo e teto salarial
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre a proposta orçamentária 2000
19h — *Cores do Brasil*: Turismo na Bahia
19h30 — *Debate*: Os senadores Lauro Campos e Sebastião Rocha falam sobre salário mínimo e teto salarial
20h30 — *Entrevista*: O senador Geraldo Melo fala sobre o fórum "Senadores do Mundo"
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Projeto de Valadares cria programa associativo para construção de moradias

Projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria, a ser implementado pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com o objetivo de financiar a produção habitacional diretamente promovida por grupos de associados. A matéria será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, caso seja aprovada e não receba recurso para apreciação no Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Segundo o senador, o projeto



Valadares prevê expressiva redução de custos das moradias

pretende fazer justiça a um segmento populacional que vem reduzindo seu padrão de vida em face do aviltamento salarial e do impacto constante da elevação dos preços. O programa proposto por Valadares resultará igualmente, segundo ele, em maior dinamismo para o mercado da construção civil, cujas empresas contratadas poderão manter e gerar empregos.

De acordo com a proposta, o Programa de Construção Associativa da Casa Própria terá adesão voluntária e um número de associados correspondente à quantidade de unidades habitacionais

previstas no respectivo projeto. Ele determina ainda a aquisição prévia, pelos grupos de associados, dos terrenos destinados ao empreendimento.

As construções financiadas deverão ser edificadas na forma de condomínios horizontais ou verticais e os créditos concedidos pelos agentes financeiros terão ajustes individuais, de acordo com a área construída e a partição das despesas comuns.

Para Valadares, as pessoas que se valerem dessa modalidade de produção habitacional poderão escolher a localização e o padrão das unidades. Os grupos de associados serão beneficiados com custos reduzidos em até 40%, em decorrência da gestão direta dos empreendimentos, acrescentou.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Machado defende solução para compra da casa própria

Os altos juros do Sistema Financeiro da Habitação têm aumentado drasticamente o índice de inadimplência nos contratos de financiamento habitacional. O alerta foi feito pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), ao defender o resgate da dívida do setor. De acordo com o líder do PSDB, o sistema de alienação fiduciária imposto pela Caixa Econômica Federal aos contratos habitacionais aumenta o risco de os mutuários virem a perder os imóveis no caso de inadimplência.

— A Caixa precisa encontrar uma fórmula que diminua a ina-

dimplência, que hoje se encontra ao redor de 25% dos contratos — afirmou.

Esse quadro, na avaliação de Sérgio Machado, agrava o déficit habitacional do país. Além disso, segundo levantamento do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo, citado pelo se-



Sérgio Machado aponta "uma das maiores dívidas sociais do Brasil"

onerando a prestação das famílias com renda mensal inferior a três vezes o valor do salário mínimo. Esta parcela da sociedade responde por 66% do déficit habitacional brasileiro, acrescentou.

Para o senador, uma das maiores dívidas sociais do Brasil é a da moradia popular, que, além de constituir em direito inserido no texto da Constituição de 1988, deve ser considerada uma necessidade preferencial.

Patrocínio saúda chegada da "terceira onda" ao Tocantins

Escola Técnica Federal de Palmas põe o estado em novo estágio de desenvolvimento econômico e tecnológico, afirma senador

A construção da Escola Técnica Federal de Palmas, capital do Tocantins, significa a chegada da "terceira onda" ao estado, na interpretação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). "Terceira onda", lembrou ele, é o nome dado ao atual estágio de desenvolvimento econômico e tecnológico mundial, baseado no conhecimento, pelo pensador

norte-americano Alvin Toffler. A primeira e a segunda onda se caracterizam pelo predomínio da agricultura e da indústria, respectivamente.

Em fase final de construção, a escola ministrará o curso básico — destinado a proporcionar ao trabalhador conhecimentos que permitam sua reprofissionalização, qualificação e atualização para o exercício de profissões demandadas pelo mercado — e um curso técnico, voltado à formação, habilitação e à certificação técnica de jovens e adultos em nível de segundo grau.

Para o senador, a inauguração da escola, prevista para o segundo semestre, depois de 11 anos de obras, permitirá aos tocantinenses estarem à altura das



Carlos Patrocínio: escola atenderá um mercado cada vez mais competitivo

exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Mas para que a instituição possa mesmo entrar em funcionamento, alguns problemas administrativos e financeiros têm de ser resolvidos, com a ajuda do governo federal, segundo Patrocínio.

A definição do número de cursos a serem implantados depende da criação do quadro de pessoal. É urgente também, conforme o senador, a nomeação de um diretor geral que fique responsável por decisões como a compra de equipamentos. "Infelizmente, quando a questão é formação de quadro de pessoal, o governo não é tão receptivo", lamentou. Mesmo assim, o senador disse acreditar no interesse do Executivo em proporcionar as condições necessárias ao funcionamento da escola, que terá capacidade para abrigar 700 alunos.

Patrocínio lembrou a promessa do presidente Fernando Henrique de que haverá recursos do Plano Plurianual para fazer 200 novas escolas técnicas, nas quais poderão ser treinados 500 mil alunos, nos próximos quatro anos.

Senadores se encontram com produtores de laranja

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ao Plenário que, por designação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ele e os senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) representariam a comissão, no sábado, em uma audiência pública que examinará a situação do relacionamento entre os produtores de laranja e os fabricantes de su-



Eduardo Suplicy

cos do estado de São Paulo.

A audiência, que se realizaria em Bebedouros (SP), foi motivada por requerimento apresentado pelo próprio Suplicy, e aprovado pelos demais membros da CAE. Também estão cooperando com o evento a Sociedade Rural Brasileira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que enviaria dois representantes.

PSB resolve deixar Bloco Oposição

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) apresentou requerimento comunicando o desligamento do Bloco Oposição. Registrando que o Partido dos Trabalhadores (PT) respeitava a posição, Suplicy ressaltou que, em conversa que manteve com os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), recebeu a informação de que o partido pretende manter afinidade com as po-

sições do Bloco Oposição.

— Os três senadores do PSB nos fizeram algumas considerações para justificar o desligamento do Bloco Oposição. Eles falaram que o partido tinha interesse em ter condições de se pronunciar pela palavra do seu próprio líder e não apenas do bloco. Tendo em vista decisão semelhante do PPS, gostaria de manifestar que pretendemos estar atuando com muita afinidade, o PT, o PSB, o PDT e, na medida do possível, o PPS — comentou Suplicy.

Luzia propõe identidade para crianças e adolescentes

Projeto de lei apresentado pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) ao Senado institui a carteira de identidade para crianças e adolescentes. O projeto altera os dispositivos da Lei n.º 7.116, de 29 de agosto de 1983, que regula a expedição de carteiras de identidade.

Segundo a senadora, o projeto tem em vista a cidadania, a ordem civil, a dignidade e a segurança jurídica devidas às crianças e aos adolescentes. "Na condição de pessoas integrantes do estado democrático de direito, pouco se tem feito em prol de crianças e adolescentes brasileiros para alcançar o suprimento de informações de ordem civil, e a identificação formal das pessoas é fator que prepondera na expressão da cidadania; sua falta, ao contrário, denuncia flagelo civil, pois essa é a única forma do Estado reconhecer-lhes a existência", justificou.

O projeto está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e espera por decisão terminativa. Isso significa que, se a proposição for aprovada na CCJ e não houver recurso para que seja examinada no Plenário, seguirá diretamente para a Câmara.

A lei atual autoriza a expedição de cédulas de identidade para adultos sem proibi-las às crianças e aos adolescentes, mas não lhes propicia os meios de acesso a esses documentos, diz Luzia.

Para a senadora, a lei em vigor está em descompasso com a realidade, pois, para emitir uma carteira de identidade, é necessária a apresentação da certidão de nascimento.

No Brasil, observou ela, nem sempre é cumprida a ordem de gratuidade para a emissão de certidões, e são desconhecidos muitos assentos de nascimento pela falta de segurança jurídica representada pelas guardas impróprias, as transferências irregulares de posse de menores e as adoções fraudulentas.



Luzia: nova cédula seria instrumento de cidadania

Álvaro quer dar a juiz poder para mudar valor das causas

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser apreciado em caráter terminativo, projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) propondo duas alterações no Código de Processo Civil. A principal mudança estabelece que o juiz deve determinar a correção do valor atribuído à causa, caso este não corresponda ao da



Álvaro Dias: contra o uso da Justiça para favorecimentos pessoais

pretensão e não esteja impugnado. Esse novo valor, de acordo com o projeto, prevalecerá para todos os efeitos processuais. A mudança tem por objetivo fazer com que a ação judicial assumida nível financeiro compatível com a questão que está sendo analisada pela Justiça, observou Álvaro.

— Quando o autor pretende que a jurisdição lhe assegure a condenação do réu a efetuar certo pagamento, ou a realizar ou deixar de realizar certa conduta, tem sempre em mira um valor determinado. Porém, para não arcar com resultados eventualmente desfavoráveis, atribui à causa valor extremamente inferior ao da pretensão — justifica o senador.

Para ele, essa forma de "burla", que o projeto pretende eliminar, prejudica não só à outra parte, desatenta ao valor da causa, mas também atinge a Justiça, pois o autor que vence a causa alcançará sua pretensão a risco processual mínimo.

Com a segunda proposta, o senador disse que pretende atribuir maior valor às decisões

do juízo singular (aquele em que funciona um só juiz), para impedir que os recursos não sejam interpostos apenas com interesses protelatórios. A proposta estabelece que os recursos correspondentes à apelação, embargos infringentes, embargos de declaração e recurso extraordinário serão interpostos juntamente com a prova de caução, real ou de fiança, de 30% do valor da causa.

Para Álvaro Dias, "a máquina judiciária não pode ser acionada para favorecer pessoalmente a quem quer que seja, ou para atender a situações que resultem vantagens irregulares que não possam, de ofício, ser sanadas pelos magistrados".

Jucá diz que novo código mudará realidade no trânsito

O Brasil não precisaria ser um dos campeões mundiais em perdas humanas e materiais decorrentes de acidentes de trânsito, já que dispõe de um excelente instrumento para coibir as infrações cometidas por motoristas: o Código de Trânsito Brasileiro. A opinião é do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que fez discurso relembrando vários pontos importantes do código, aprovado em 1997.

— Um dos mais visíveis indicadores do grau de civilização e de educação de um povo é seu comportamento no trânsito. As mortes e incapacitações drenam recursos preciosos para o nosso urgente desenvolvimento, além de causar dor a tantas famílias todos os anos — disse Jucá.

Segundo o senador, essas perdas ocorrem apesar da severidade inédita das penas introduzidas na legislação brasileira pelo código. Dependendo da gravidade da infração cometida, que pode ser leve, grave ou gravíssima, os condutores de automóveis e outros veículos estão sujeitos a multas pesadas, remoção do veículo, suspensão do



Jucá: comportamento no trânsito indica grau de civilização de um povo

direito de dirigir e até detenção. A cada grau de infração corresponde um número de pontos, que se acumulam nos prontuários dos motoristas até o limite de 20 pontos, o que acarreta a suspensão temporária da carteira de habilitação.

Uma infração gravíssima, como dirigir alcoolizado ou transportar crianças no banco dianteiro do automóvel,

vale sete pontos no prontuário e multa de 180 Ufirs, que pode ser multiplicada até cinco vezes, a depender de uma classificação de pesos. Outras infrações comuns e consideradas gravíssimas são a participação em "rachas" ou "pegas" e a recusa à prestação de socorro a vítimas de acidentes.

— O código, bem aplicado, promete marcar um novo tempo, mais civilizado, da história do uso do automóvel em nosso país e é o resultado de quatro anos e quatro meses de discussão aqui no Congresso sobre o projeto enviado pelo Poder Executivo. Isso nos dá a certeza de que foi exaustivamente debatido e de que representa o consenso da sociedade — afirmou ele.